



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 2/2022 - Plenário - 24/02/2022 das 18:00 as 23:55

Decisão: 104/2022

Referência: 2625044/2021 - Auto: 48089/2021

Interessado: SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA

EMENTA: Protocolo:Nº. 2625044/2021 A penalidade aplicada pelo auto de infração - PESSOA JURÍDICA EXERCENDO ATIVIDADES PROFISSIONAIS CONTIDAS EM SEUS OBJETIVOS SOCIAIS SEM RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA ESSAS ATIVIDADES - por infração ao(a) Alínea 'e' do art. 6º, da Lei federal Nº 5194/66; art. 73 da Lei 5194/66 combinado com art. 2º da Lei 6619/78.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 24 de fevereiro de 2022, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Dinilson Bandeira Robert, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal Salcomp Industrial Eletronica Da Amazonia Ltda, Considerando o disposto no art. 6º, alínea "e", da Lei Federal nº. 5.194/66, ou seja: que "Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do Art. 8º desta Lei." Considerando o art. 7º da Lei nº 5.194/66, o qual discrimina as "atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo".] Considerando, pois, o art. 8º e seu Parágrafo único, da referida Lei, o qual prevê "que as atividades e atribuições enunciadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do artigo anterior são da competência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas". E ainda: "as pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas no Art. 7º, com exceção das contidas na alínea "a", com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta Lei lhe confere." Considerando, complementarmente, os arts. 10 e 16 (Inciso II e parágrafo único), todos da Resolução nº. 1.021/19 do Confea, que Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia e dá outras providências." Art. 10. O registro de pessoa jurídica deverá ser atualizado no Crea quando ocorrer: I - qualquer alteração em seu instrumento constitutivo; II - mudança nos dados cadastrais da pessoa jurídica; III - alteração de responsável técnico; ou IV - alteração no quadro técnico da pessoa jurídica". Art. 16. Responsável técnico é o profissional legalmente habilitado e registrado ou com visto que assume a responsabilidade perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e o contratante pelos aspectos técnicos das atividades dessa pessoa jurídica envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea. §1º O responsável técnico deverá fazer parte do quadro técnico da pessoa jurídica, ter atribuições total ou parcialmente compatíveis com o objetivo social da empresa e proceder o registro da respectiva ART de cargo ou função". Considerando que a empresa possui como ATIVIDADES descritas no CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ Nº 07.637.620/0001-85: E como OBJETIVOS SOCIAIS discriminados em seu registro perante o Crea-AM: "INDÚSTRIA DE PRODUTOS PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA; AUTOMAÇÃO; EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, DE COMUNICAÇÃO EM GERAL E SEUS ACESSÓRIOS; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA RELATIVA A TAL PRODUTOS. MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES (PARTE MECÂNICA)". "Considerando, assim, que a empresa SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA infringiu ao disposto na alínea "e" do artigo 6º da Lei nº 5.194/66, uma vez que fora fiscalizada desempenhando ATIVIDADE DE INDÚSTRIA DE COMPONENTES E APARELHOS ELETRO ELETRÔNICOS sem estar habilitada perante este Conselho Regional a realizar tal atividade, em razão de não possuir em seu quadro de responsabilidade técnica profissional com atribuições compatíveis para estes fins. OBS.: Ressalta-se que a ART Nº AM2021010259312, registrada no nome do Eng. Eletricista EDNEY COELHO MAR JUNIOR, refere-se à ART DE OBRA OU SERVIÇO (e não ART DE CARGO OU FUNÇÃO, relativa ao seu vínculo contratual/empregatício com a empresa). Assim sendo, a referida ART encontra-se registrada diretamente no nome do profissional, como estando este na condição de autônomo sem, no entanto, pertencer ao quadro de responsabilidade técnica. considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pela MANUTENÇÃO do AUTO DE INFRAÇÃO Nº 48089/2021, lavrado em desfavor da pessoa jurídica SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA, face à irregularidade "PESSOA JURÍDICA EXERCENDO ATIVIDADES PROFISSIONAIS CONTIDAS EM SEUS OBJETIVOS SOCIAIS SEM RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA ESSAS ATIVIDADES", conforme capitulação na alínea "e" do art. 6º da Lei federal Nº 5194/66, devendo a empresa autuada efetuar a regularização do fato gerador, ou seja, efetuar a inclusão de Responsável Técnico em seu quadro (detentor atribuições compatíveis com os Objetivos Sociais propostos), para fins de execução de atividades técnicas envolvendo ÁREA/MODALIDADE ELETRICISTA. E ainda, efetuar o pagamento da multa cabível, corrigido na forma da Lei. Decisão proferida na 551ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Afonso Ferreira Bernardes, Amarildo Almeida De Lima, Arlindo Pires Lopes, Audinei Lima Leite, Claudécir Malveira De Souza, Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eiríe Gentil Vinhote, Frederico Nicolau Cesarino,



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Gilmara Alencar Perêa, Janeth Fernandes Da Silva, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jose Josimar Soares, Jossandra Alves Damasceno, Luiz Claudio Ribeiro Da Rocha, Marcelo De Almeida Conceição, Mesaque Silva De Oliveira, Raimundo Humberto Cavalcante Lima, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves (suplente), Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 24 de fevereiro de 2022.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário